



**VILA DO CONDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ nº 07.072.909/0001-02

**Relatório da administração (Em milhares de Reais)**

**1. Mensagem da administração:** A administração da Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

**2. A Companhia**  
 Denominação social Vila do Conde Transmissora de Energia S.A.  
 Natureza jurídica Sociedade anônima fechada  
 Data de constituição 15 de outubro de 2004  
 Sede Rio de Janeiro  
 Objeto social Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica (i) Linha de Transmissão Tucuruí-Vila do Conde; (ii) Subestação Tucuruí; (iii) Subestação Vila do Conde.  
 Características técnicas Tensão de 500 kV, terceiro circuito  
 Extensão aproximada 324 km  
 A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (CRTE) possui 100% das ações da Companhia.

**3. Principais acontecimentos no exercício**  
**(a) Receita Anual Permitida (RAP)**  
 Resolução Homologatória (RH) nº 3.481 de 17 de julho de 2025  
 Resolução Homologatória (RH) nº 3.348 de 16 de julho de 2024  
 Ciclo tarifário 2025-2026  
 RAP estabelecida 69.435  
 Observa-se um aumento aproximado de 7,2%, decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado).

**(b) Pagamento de dividendos**  
 CRTE  
 2025  
 35.494  
 35.494

**(c) Disponibilidade da linha de transmissão** - A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 100%.

**4. Atendimento às disposições sobre política de equidade - Lei nº15.177/2025:** A Companhia afirma seu compromisso com a promoção da equidade, da igualdade de oportunidades, da não discriminação e do respeito à diversidade, valores que orientam a atuação da Companhia e integram sua cultura organizacional. Nesse sentido, em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que alterou o artigo 133, parágrafo sexto, da Lei 6.404/76, a Companhia divulga as seguintes informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Cargo	Colaboradores (i)				Remuneração (ii)			
	2025		2024		2025		2024	
	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher
Administrativo	4	2	3	1	R\$ 184	R\$ 61	R\$ 150	R\$ 49
Técnico ou Especialista	14	2	13	2	R\$ 1.930	R\$ 411	R\$ 1.633	R\$ 375
Operacional	8	-	7	-	R\$ 416	-	R\$ 362	-

(i) Refere-se à posição em 31 de dezembro de cada ano. (ii) Refere-se às remunerações em cada exercício.

**5. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal, não é permanente e, será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. **6. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)**

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa		93	72
Títulos e valores mobiliários	8	36.640	25.290
Concessionárias e permissionárias	9	5.683	5.915
Ativo de contrato	10	33.425	31.848
Outros impostos e contribuições a recuperar		450	654
Outros ativos	11	11.891	10.600
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>88.182</b>	<b>74.379</b>
Ativo de contrato	10	194.206	197.573
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>194.206</b>	<b>197.573</b>
Imobilizado		3.994	3.995
<b>Total do imobilizado</b>		<b>3.994</b>	<b>3.995</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>198.200</b>	<b>201.568</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>286.382</b>	<b>275.947</b>

**Demonstrações do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)**

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	43.198	35.493
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>43.198</b>	<b>35.493</b>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)**

	Nota	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>74.300</b>	<b>14.860</b>	<b>18.337</b>	<b>82.869</b>	<b>24.197</b>	<b>214.564</b>	
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	-	(24.197)	(24.197)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	35.493	35.493	
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (b)	-	-	-	-	(17.747)	(17.747)	
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	17.747	17.747	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>74.300</b>	<b>14.860</b>	<b>18.337</b>	<b>82.869</b>	<b>17.747</b>	<b>208.113</b>	
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	-	(17.747)	(17.747)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	43.198	43.198	
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (b)	-	-	-	-	(21.599)	(21.599)	
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	21.599	21.599	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>74.300</b>	<b>14.860</b>	<b>18.337</b>	<b>82.869</b>	<b>21.599</b>	<b>211.965</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1 Contexto operacional:** A Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 15 de outubro de 2004 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, com filial em Belém - PA. A Companhia tem por objeto social a: (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (CRTE). A Celeo Redes Brasil S.A. (Celedo) possui 100% de participação na CRTE, sendo controlada pela Celeo Redes SLU.

**1.1 Contrato de concessão**

Contrato de concessão	nº 003/2005
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estados atendidos	Pará
Empreendimento principal	(i) Linha de Transmissão Tucuruí-Vila do Conde; (ii) Subestação Tucuruí; (iii) Subestação Vila do Conde.
Características técnicas da LT	Tensão de 500 kV, terceiro circuito
Extensão aproximada	324 km
Instalações	(i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à
Data de assinatura	4 de março de 2005
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	4 de março de 2035
Início da operação comercial	Maio de 2006

Os contratos de concessão assinados entre 2000 e 2006 sendo prevista a queda de 50% da receita anual permitida (RAP) no 16º ano de operação comercial. A partir de maio de 2021 a Companhia passou a receber 50% da RAP.

**1.2 Receita Anual Permitida (RAP)**  
 Resolução Homologatória (RH) nº 3.481 de 17 de julho de 2025  
 Resolução Homologatória (RH) nº 3.348 de 16 de julho de 2024  
 Ciclo tarifário 2025-2026  
 RAP estabelecida 69.435

Observa-se um aumento aproximado de 7,2%, decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado).

**1.3 Reforço**  
 Substituição da proteção e controle diferencial de barras de cadeia principal  
 Despacho 1.430  
 24 de maio de 2021  
 Substituição da proteção e controle diferencial de barras da cadeia principal contemplando uma unidade de bay (bays unit). Instalação da proteção e controle diferencial de barras da cadeia alternada contemplando uma unidade de bay (bays unit).  
 primeiro semestre de 2026  
 226  
 Cada ciclo pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)

**2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12 de março de 2026. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados

para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas.

Nota explicativa	Estimativas e julgamentos
6	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
22	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Prática	Nota explicativa	Descrição
<b>Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante</b>	8	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses.
<b>Receitas e despesas financeiras</b>	19	A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Prática	Nota explicativa	Descrição
<b>Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração</b>	22	(a) Classificação e mensuração - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

**Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)**

	Nota	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	17	<b>59.457</b>	<b>60.421</b>
Custos operacionais	18 (a)	(10.761)	(20.087)
<b>Lucro bruto</b>		<b>48.696</b>	<b>40.334</b>
Despesas gerais e administrativas	18 (b)	(3.359)	(2.846)
Provisão para perdas de crédito esperada	9	(224)	(177)
Outros		(493)	(195)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(4.076)</b>	<b>(3.218)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>44.620</b>	<b>37.116</b>
Receitas financeiras		3.888	3.124
Despesas financeiras		(929)	(1.082)
<b>Resultado financeiro</b>	19	<b>2.959</b>	<b>2.042</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>47.579</b>	<b>39.158</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.576)	(3.563)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		195	(102)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	20	<b>(4.381)</b>	<b>(3.665)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>43.198</b>	<b>35.493</b>

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)**

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		43.198	35.493
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(195)	102
- Imposto de renda e contribuição social correntes		4.576	3.563
- Provisão para perdas de crédito esperada	9	(224)	177
- Pis e Cofins diferidos		(66)	33
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(3.823)	(3.117)
- Ativo de contrato - remuneração	10	(30.059)	(30.181)
		<b>13.407</b>	<b>6.070</b>
<b>Variações em:</b>			
- Concessionárias e permissionárias		456	(80)
- Ativo de contrato	10	31.849	30.419
- Impostos e contribuições a recuperar		204	(450)
- Outros ativos		(1.291)	4.777
- Fornecedores		75	1.041
- Salários e encargos a pagar		31	142
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(740)	(678)
- Outros impostos e contribuições a recolher		(200)	200
- Encargos setoriais		1.844	1.131
- Outros passivos		(139)	534
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>45.496</b>	<b>43.106</b>
Impostos pagos sobre receita tributável		(2.455)	(2.623)
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>		<b>43.041</b>	<b>40.483</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(59.459)	(57.431)
Títulos e valores mobiliários - resgates		51.932	66.511
Ativo de contrato - construção	10	-	(1.180)
Imobilizado		1	4
<b>Caixa proveniente das atividades de investimento</b>		<b>(7.526)</b>	<b>7.904</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	21 (c)	(35.494)	(48.394)
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(35.494)</b>	<b>(48.394)</b>
<b>Redução (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>21</b>	<b>(7)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		72	79
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>93</b>	<b>72</b>



**VILA DO CONDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  
CNPJ nº 07.072.909/0001-02

Prática	Nota explicativa	Descrição
	10	Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de 8% de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 13% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir. i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Prática	Nota explicativa	Descrição
	14 e 20	O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL). A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas vigentes na data de apresentação dessas demonstrações financeiras. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar.

**7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

**8 Títulos e valores mobiliários:** A Companhia aplica seus recursos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,4% (98,7% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre junho e dezembro de 2026. A totalidade dos recursos está nesse tipo de aplicação.

Concessionárias e permissionárias	2025	2024
A vencer	5.298	5.286
Até 3 meses	26	449
De 3 a 12 meses	285	180
Acima de 12 meses	1.157	859
Provisão para perdas de créditos esperadas ("PCE")	(1.083)	(859)
	<b>5.683</b>	<b>5.915</b>

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(859)	(682)
Adições	(224)	(177)
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	<b>(1.083)</b>	<b>(859)</b>

10 Ativo de contrato	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	<b>229.421</b>	<b>228.479</b>
Receita de construção	-	1.180
Remuneração do ativo de contrato	30.059	30.181
Recebimentos	(31.849)	(30.419)
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	<b>227.631</b>	<b>229.421</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	33.425	31.848
Não circulante	194.206	197.573
	<b>227.631</b>	<b>229.421</b>

11 Outros ativos	2025	2024
Rateio de antecipação e parcela de ajustes	2.271	2.531
CDE	456	767
Adiantamento a fornecedores	501	259
Diversos	8.663	7.043
	<b>11.891</b>	<b>10.600</b>

(i) Rateio de antecipação - Havendo déficit ou superávit no balanço mensal entre receitas homologadas e encargos apurados, o mesmo será rateado entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais permitidas, conforme critério estabelecido pela ANEEL. Parcela de ajuste - ajuste de receita antecipada, equivalente ao valor do saldo do ciclo anterior, ocasionadas por diferença entre os valores de serviços e encargos, a serem compensados no presente ciclo.

12 Imposto de renda e contribuição social a recolher	2025	2024
Imposto de renda	6.651	5.226
Contribuição social	1.941	1.985
	<b>8.592</b>	<b>7.211</b>

**13 PIS e COFINS diferidos:** Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência. A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente. De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura. Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável. Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis. O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	991	1.003
COFINS	4.566	4.620
	<b>5.557</b>	<b>5.623</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	1.136	1.083
Não circulante	4.421	4.540
	<b>5.557</b>	<b>5.623</b>

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos	2025	2024
Imposto de renda	21.891	22.034
Contribuição social	7.881	7.932
	<b>29.772</b>	<b>29.966</b>

Os valores apresentados são apurados sobre o ativo de contrato.

**15 Contingências:** Em dezembro de 2018, a Companhia entrou com ação

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 21 (a).

19 Resultado financeiro	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	(i) 3.823	3.117
Outras receitas	66	7
<b>Receitas financeiras</b>	<b>3.889</b>	<b>3.124</b>
Diversos	(929)	(1.082)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(929)</b>	<b>(1.082)</b>
	<b>2.959</b>	<b>2.042</b>

**20 Imposto de renda e contribuição social**

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	50.749	50.749	50.707	50.707
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo da receita	16.240	16.240	16.226	16.226
Receita de O&M	14.636	14.636	13.963	13.963
Percentual de presunção	16%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receita de O&M	2.342	1.756	1.117	1.676
Receitas financeiras	3.888	3.888	3.124	3.124
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Impacto decorrentes do CPC 47	(2.076)	(912)	(2.562)	(861)
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(3.517)</b>	<b>(1.059)</b>	<b>(2.531)</b>	<b>(1.032)</b>
Diferenças temporárias	143	52	(75)	(27)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>143</b>	<b>52</b>	<b>(75)</b>	<b>(27)</b>

**21 Transações com partes relacionadas**

**(a) Transações comerciais**

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2025	2024	2025	2024
Celeo (i)	Backoffice	IPCA	4 anos	2026	-	-	(2.309)	(2.309)
Celeo (ii)	O&M	IPCA	4 anos	2026	204	388	(2.698)	(2.575)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "serviços de terceiros - despesas operacionais"; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "serviços de terceiros - custos operacionais".  
**(b) Remuneração da administração** - Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve atribuições de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.  
**(c) Dividendos**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	17.747	24.197
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais	16 (b)	17.747
17.747	24.197	
24.197	(35.494)	(48.394)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	16 (b)	21.599
21.599	17.747	
<b>Em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b>	<b>21.599</b>	<b>17.747</b>

**22 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas**

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratuou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda, observadas as condições do Contrato de Concessão e as Obrigações das Debêntures CRTE, a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso do Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acionistas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de perda esperada utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de perda esperada utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(5.496)	(4.122)	(2.748)

\*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerado conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Hierarquia do valor justo	2025		2024	
		Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa		93	-	72	-
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	9	5.683	-	5.915	-
<b>Ativos financeiros</b>		<b>5.776</b>	<b>36.640</b>	<b>5.987</b>	<b>25.290</b>
Fornecedores		1.575	-	1.500	-
<b>Passivos financeiros</b>		<b>5.776</b>	<b>36.640</b>	<b>5.987</b>	<b>25.290</b>

**23 Cobertura de seguros (não auditado):** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada	
		2025	2024
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026		45.561
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026		2.189
D&O	16.04.2025 a 16.04.2026		4.651

**José Maurício Scovino de Souza** Diretor  
**Marcus Hansen Balata** Diretor Financeiro

**Bruno M. S. M. Melo** Contador - CRC-RJ 111193/O-8



Continuação...

**VILA DO CONDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ nº 07.072.909/0001-02

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório

da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades dos administradores e da governança pelas demonstrações financeiras** - Os administradores da Companhia são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que eles determinaram como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que os administradores pretendam liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelos administradores. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5**Patricio Marques Roche**  
Contador CRC 1RJ081115/O-4